



A NATUREZA DA AÇÃO PEDAGÓGICA E AS ELUCIDAÇÕES DE ARISTÓTELES

Simone Alexandre Martins Corbiniano - UFG
CAPES

Resumo: O presente trabalho de caráter teórico tem o objetivo de investigar os fundamentos que dão identidade à ação pedagógica no contexto da *paidéia* grega. Busca-se estudar o ato pedagógico, ou o ensino como uma ação livre, ligada a certos domínios do saber e a uma ordem de intenções racionais possíveis à formação do homem, tal qual podemos compreendê-la no contexto do pensamento grego clássico. Se é possível falar em uma *paidéia* aristotélica é a ela que se deve recorrer para tal desvelamento. Pois, conceber a educação no plano de uma ciência teórica significa atribuir-lhe a necessidade moral. O delineamento dos fins de tal formação somente é possível recorrendo aos fins da política, da ética, e sobretudo, indagando acerca da natureza do ato de educar, o que lhe dá identidade e o faz ter um sentido na sociedade, entre os homens. Provação dos valores gregos da antiguidade que são indispensáveis para ajudar ampliar o olhar em relação à formação e à cultura nesse início de século XXI.

Palavras-chave: Formação, natureza da educação, *paidéia* aristotélica

Os conceitos ligados à educação na Grécia Antiga são fundamentais às reflexões preocupadas com a formação integral do homem e o seu preparo para a vivência ética e para a afirmação do humano e do coletivo em primeiro lugar. Se esses conceitos, por um lado, podem ser considerados por alguns como anacrônicos, por outro, podem ser justamente fundamentais para avaliar qualquer possibilidade de superação teórica e social. Pois, é um estudo indispensável para repensar valores e ampliar o olhar em relação à educação e à cultura no presente momento histórico.

O presente estudo de caráter teórico tem o objetivo de investigar os fundamentos que dão identidade à ação pedagógica no contexto da *paidéia* grega. O interesse da pesquisa recai primeiramente sobre uma face da educação que tem anterioridade lógica, muito mais que cronológica, em relação à pedagogia tomada em seu caráter institucional moderno, vinculada a uma ordem de exigências normativas, técnicas e laborais. Busca-se a dimensão fundante da pedagogia como ensino, como ato educativo, como uma arte ligada a certos domínios do saber que se constitui como ordem de intenções racionais e ativas visando à formação do homem, tal qual podemos compreendê-la no contexto do pensamento grego clássico. Se é possível distinguir uma *paidéia* aristotélica é a ela que se deve recorrer para tal desvelamento.

Uma vez que na filosofia de Aristóteles, o que define uma coisa é aquilo que constitui a sua natureza, a sua forma. Isto é justamente o que assegura seu ser.

Se o ato pedagógico liga-se à possibilidade de agir sobre os meios da natureza que são potencialmente intrínsecos ao homem, no contexto aristotélico esse ato visa dentre outras questões, tornar o homem lúcido, proporcionar-lhe uma relação de interioridade com o saber, levar o aprendiz ao exigente movimento de criar e eleger para si mesmo uma compreensão racional da realidade seja ela empírica ou inteligível. E, conseqüentemente, encaminhá-lo ao pensamento e a vontade dirigida às ações humanas nobilitantes. Para Aristóteles,

quem é virtuoso, com efeito, julga retamente todas as coisas e em cada uma se lhe mostra o verdadeiro. Na realidade, as coisas aptas a cada uma das disposições são belas e aprazíveis, e o homem virtuoso difere dos outros sobretudo porque vê a verdade em todas as coisas, sendo ele o cânon e a medida delas. Na maioria dos homens, ao invés, parece surgir o engano através do prazer, que parece bem, mesmo não o sendo. Por isso eles escolhem como bem o que é aprazível, e fogem como mal do que é doloroso.¹

Por vezes na atualidade realizar distinções tem se tornado uma ação dolorosa, isso explica talvez, o esquecimento a que tem sido relegada a busca do sentido, ou, da natureza mesma das coisas, em especial na esfera da educação. Uma das distinções urgentes nessa área é certamente a de que se pode *fazer coisas*, mas não se pode *fazer política*, e completando, não se *faz* educação, pois o fazer prescinde da trama dos atos, palavras e concepções morais dos homens, e também da razão que ilumina todos os processos históricos.²

Compreende-se com Aristóteles que o fazer, o universo da fabricação, tem algo de prévio, depende em grande medida do mundo físico e das condições de realizar transformações na natureza.³ Pois, “agir e fazer são coisas de espécies diferentes [...] De fato, enquanto fazer tem uma finalidade diferente do próprio ato de fazer, a finalidade na ação não pode ser senão a própria ação, pois agir é uma finalidade em si.”⁴ Assim, uma educação

¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Atlas, 2009, III, 4, 1113 a 28-36. Obs. As normas de referência às obras de Aristóteles neste trabalho seguem os padrões internacionais para edições clássicas. Essa norma é relativa à paginação da edição de Immanuel Bekker (1785-1871), *Aristoteles Opera*, da Academia de Ciências de Berlim, impressa em 1831-1870, universalmente aceita e seguida para fazer referência às obras desse filósofo em todas as línguas.

² Não são poucos os contextos atuais em que a educação é tratada em termos do fazer. Por exemplo, a conhecida obra solicitada pela UNESCO ao francês Edgar Morin, pedindo-lhe que expusesse suas idéias sobre a educação do amanhã, que foi intitulada pelo autor de *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, traz em sua apresentação feita por Jorge Werthein, então coordenador do programa da UNESCO/Mercosul, a afirmação que os princípios indispensáveis enunciados nos sete saberes “constituem eixos e, ao mesmo tempo, caminhos que se abre a todos os que pensam e fazem educação, e que são preocupados com o futuro das crianças e adolescentes.” (MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, p. 12).

³ Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002, I-II, 995 a – 984 b. Também, ____ . *Ética a Nicômacos*, I – II, 1094 a – 1109 b.

⁴ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, VI, 5, 1140 a. Os grifos nas citações ao longo do texto são todos de seus respectivos autores, com exceção dos colchetes, que foram inseridos pela autora do presente trabalho.

raciocinada e provida de intencionalidade, pelos e interesses e escolhas que realiza, pode ser atribuída ao verbo *fazer*, mas imediatamente perderia sua força como *ação*. Perder a força como ação, significa distanciar-se do discernimento que, segundo Aristóteles “deve ser então uma qualidade racional que leva à verdade no tocante às ações relacionadas com os bens humanos.”⁵

Nesse sentido a ação está ligada à indeterminação prévia do ato, é expressão da liberdade presente no homem, implica deliberação ao agir, convocando a ética. Nesse sentido a dimensão da ação humana instaura a idéia de autonomia, fundando uma ordem de coisas em que o homem é autor de sua própria lei, tanto quanto possível, de forma voluntária e justa. Daí é possível compreender os motivos pelos quais a realidade atual é tão incongruente mediante a concepção grega.

A incompatibilidade está exatamente no fato que os nexos constitutivos do moderno *Homo faber*, como a inteligência essencialmente atribuída à capacidade infinita de elaborar sistemas e objetos, é para Aristóteles, tão somente, uma capacidade de alteração pelos princípios do movimento e da comunicação na natureza, portanto, não alcança o sentido próprio da ação. Posto que, a ação implica a liberdade, a decisão, ela é então, o princípio primeiro do qual depende toda moralidade.

Se a ação para Aristóteles não prescinde da escolha e do discernimento orientados a um fim. “É por isso que a escolha não pode existir sem a razão e o pensamento, ou sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de pensamento e caráter.”⁶ A inteligência prática, ou moral, tem sentido conforme um determinado fim. Elegendo esses fins, exerce o homem sua autonomia e, escolhendo os melhores fins, constitui-se ético. A ação nesse sentido implicará sempre o arbítrio, o discernimento e a excelência moral.⁷

De acordo com Henrique C. de Lima Vaz, se referindo aos gregos e à peculiaridade do seu contexto, “a significação primordial [da ação] diz respeito de um lado ao ato do sujeito, ao seu realizar-se na ação e pela ação e, de outro, à perfeição ou excelência que o ato tem em si mesmo.”⁸ Esse ponto supõe uma transposição da compreensão da ação, como um tipo de experiência ligada a certos fins que lhe completam o sentido. De acordo com Aristóteles, “o fim é mais desejável que os meios, e, de dois meios, o que mais se aproxima

⁵ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, VI, 5, 1140 b.

⁶ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, VI, 2, 1139 b.

⁷ Cf. ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, VI, 1-13, 1139 a - 1145 a.

⁸ LIMA VAZ, Henrique C. de. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*, São Paulo: Loyola, 1988, p. 85-86.

do fim. E, em geral, um meio que tende para a finalidade da vida é mais desejável do que o meio que se dirige a qualquer outra coisa”⁹

O fato é que para Aristóteles a ação humana está ligada à volição de um fim, assim como, o propósito de conhecer parece ser constitutivo da natureza humana na medida em que pela própria experiência no mundo, por exercer seus sentidos o homem conhece e modifica a si mesmo e a face desse mundo.¹⁰ Quanto mais sejam diferenciados os fins da atividade, ou ainda, quanto menos ligados os fins de determinada atividade ao mundo da necessidade, melhor será essa atividade. Consequentemente, mais vinculada estará à dimensão fundamental da ação, lembrada por Lima Vaz, como auto-realização e excelência. Mas, os saberes implicados em tais atividades se realizam de modos diversos segundo seus fins. Aristóteles classifica na *Ética a Nicômacos*, uma diferença entre os fins.

Uns são, por um lado, atividades puras; outros, por outro lado, certos produtos que delas resultam para além delas: o produto do seu trabalho. Há, pois, fins que existem para além das suas produções. Neste caso, os produtos do trabalho são naturalmente melhores do que as meras atividades que os originam. Sendo diversos os procedimentos práticos, as artes e as ciências, assim também são diversos os respectivos fins.¹¹

No universo hierárquico e qualitativo do pensamento grego, Aristóteles delimita como uma espécie de atividade pura as *ciências teóricas*. Elas constituem a instância mais elevada do saber,¹² conhece as causas, com interesse no saber e não nos resultados, pode explicar e orientar as demais ciências pela sua capacidade de conhecer as causas para além das sensações e do mundo empírico. Para Aristóteles esses saberes abrangem as ciências exatas como a física e a matemática, e em sua forma mais superior é a ciência que investiga as causas primeiras, ou filosofia primeira, cujas prerrogativas no mundo da experiência, todas as outras ciências poderão ser mais necessárias do que ela, mas nenhuma lhe é superior.¹³ Não obstante a importância desse gênero de ciências, elas não constituem a totalidade do saber.

Outro gênero de saberes ou ciências delimitadas no pensamento de Aristóteles são as *teóricas da prática*, que têm em seu objeto de conhecimento algo que depende da vontade e da ação humanas e distinguem-se em duas modalidades de saber, os *poiéticos* ou artes, e os saberes livres ou *práxis*. As *ciências poiéticas* ou produtivas são atividades que fazem conhecer pela técnica, pelo controle ou fabrico mediante toda substância física ou psíquica,

⁹ ARISTÓTELES, *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, III, 116 b.

¹⁰ Cf. ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 1, 980 a – 982 a.

¹¹ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, I, 1, 1094 a.

¹² Cf. ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 2, 982 a – 983 a.

¹³ Cf. ARISTÓTELES. *Metaf.*, II, 1, 993 b 19-31.

abarca a aquisição do hábito. Como experiência, é conhecimento dos particulares, enquanto arte, é o conhecimento dos universais.¹⁴

O pré-requisito para as atividades *poiéticas* que Aristóteles chama de artes, é o conhecimento dos princípios de tal atividade.¹⁵ “Julgamos os que possuem a arte mais sábios do que os que só possuem a experiência”¹⁶. A arte é então “uma disposição [racional] relacionada com a criação”.¹⁷ Envolve de algum modo o fazer, mas o transcende em uma forma própria de raciocínio e inteligência, implicando excelência em matéria de conhecimento. A arte é um meio, ou uma atividade com vistas a algo que lhe é exterior.

Dentre essas ciências práticas é preciso ressaltar ainda a existência daquela que não se subordinam ao útil, de acordo com Aristóteles, “como chamamos livre o homem que é fim para si mesmo e não está submetido a outros, assim só esta ciência, dentre todas as outras, é chamada livre, pois só ela é fim para si mesma”.¹⁸ Ela é o saber por meio do qual o homem busca sua perfeição moral. Como assegura Reale, “estas ciências práticas, de fato, dizem respeito à conduta dos homens, bem como ao fim que por meio dessa conduta eles querem alcançar, seja enquanto indivíduos ou fazendo parte de uma sociedade, sobretudo da sociedade política.”¹⁹

A propósito desse gênero de ciência prática que não se subordinam ao útil, e têm em si mesmas seu próprio fim, Aristóteles esclarece na *Ética a Nicômacos*:

parece que ela é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas em uma cidade, [...]. Uma vez que a ciência política usa as ciências restantes e, mais ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre aquilo de que devemos abster-nos, a finalidade desta ciência inclui necessariamente a finalidade das outras, e então esta finalidade deve ser o bem do homem.²⁰

A ciência política é a mais nobre forma de ação. Transposta para este plano, a ação pedagógica, não é uma ação senão no âmbito do universo cultural da *pólis* em que é de grande importância formar a inteligência prática do homem grego.²¹ Ao postular “que o fim é mais

¹⁴ Cf. ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 1, 980 b 25 – 981 a 7.

¹⁵ Cf. ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 1, 980 a 18 – 982 a 36.

¹⁶ ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 1, 981a 25-27.

¹⁷ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, VI, 4, 1140 a 11-12.

¹⁸ ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 2, 982 b 25-28.

¹⁹ REALE, Giovanni, *História da filosofia antiga I*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 405.

²⁰ ARISTÓTELES, *Ét. Nic.*, I, 2, 1094 a.

²¹ Cf. ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Ed. UnB, 2001, I, 1252 a – 1253 a. Aristóteles em sua obra *Política*, leva à distinção de que o todo precede às partes, pois, a vida feliz e a justiça necessariamente visam primeiro a comunidade o público e traduz uma relação de autodeterminação entre as ações dos sujeitos sociais e políticos em que, a esfera do público, não só é mais abrangente que a esfera privada, mas é também referência ética para a autocondução do homem no domínio do privado. No percurso histórico dos séculos que separam os gregos da atualidade, a política tem se convertido historicamente em instrumento determinante do interesse privado em detrimento do interesse público. Resulta daí a racionalidade que subsidia também a concepção da educação e da

desejável que os meios”²², Aristóteles indica de certo modo o sentido transitório da ação com vistas a algo mais: a natureza finalística, indispensável e constitutiva da própria ação.

Por isso conceber a ação pedagógica no plano de uma ciência teórica significa atribuir-lhe a necessidade moral. Para isso, será preciso pensá-la como um tipo de ação humana que visa o mesmo fim das outras ciências práticas livres. No contexto aristotélico “somente o fim da cidade é perfeito. Na hierarquia dos bens aos quais tendem as diferentes comunidades, o bem próprio à cidade é o mais elevado.”²³ Assim, para delinear os fins da ação educativa é preciso, não só recorrer aos fins da política e da ética, mas também indagar acerca da natureza dessa ação, o que lhe dá identidade e a faz ter um sentido na sociedade, entre os homens.

Tal compreensão do contexto educativo postulado desde a Antiguidade na qual se almejava a formação da moralidade, do homem político, excelente e virtuoso, arrefeceu segundo Le Goff, especialmente a partir do século XII da era cristã com a *nova imagem* da sociedade humana em que a física, a mecânica e a economia emergem de modo indispensável para o homem artesão.²⁴

É a redescoberta do *homo faber* [homem artífice, homem artesão], cooperador da criação com Deus e com a natureza. *Toda obra*, diz Guillaume de Conches, *é obra do criador, obra da natureza, ou do homem-artesão imitando a natureza*. Também se transforma a imagem da sociedade humana. Vista sob essa perspectiva dinâmica que dá seu sentido às estruturas econômicas e sociais do século, a sociedade humana deve reunir todos os trabalhadores humanos. Nessa reabilitação do trabalho, os desprezados de ontem são integrados à cidade humana, imagem da cidade divina. (LE GOFF, 2003, p. 83)

Ganha corpo a partir desse momento o saber da habilidade ligada a um conjunto de processos ou movimentos que são de acordo com Aristóteles, não mais que naturalmente evidentes ao homem, compondo em especial o mundo da experiência e da técnica. “Nos homens, a experiência deriva da memória. De fato, muitas recordações [repetidas] do mesmo objeto chegam a constituir uma experiência única. A experiência parece um pouco semelhante à ciência e à arte.”²⁵ Contudo, são qualitativamente diferentes quanto ao domínio da razão e da liberdade, ou do discernimento e da moral.

O problema como se sabe é que passa a imperar, sobretudo a partir da modernidade, um processo histórico de subordinação da ética, da política a da dimensão da ação, à

pedagogia que tornam-se cada vez mais voltadas para os interesses políticos contingentes e corporativos, em detrimento do caráter universal da formação humana como o “bem conveniente à sua natureza e para a qual sua operação tende como para o próprio fim, deve resultar para o ser sua perfeição ou excelência, sua *areté*” (LIMA VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1, p. 118).

²² ARISTÓTELES, *Tóp.*, III, 1, 116 b 20-25.

²³ WOLFF, Francis. *Aristóteles e a política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 73.

²⁴ Cf. LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. p. 84.

²⁵ ARISTÓTELES. *Metaf.*, I, 1, 980 b 28-33.

racionalidade do conhecimento pela experiência. Encaminhamento racional que levou à fragmentação do conhecimento e ao paulatino rompimento histórico com o sentido de *éthos*, palavra proveniente do grego que se pode traduzir para ética, ou uso, costume, hábito. O *éthos* expressa também o sentido amplo do modo de ser e agir do homem grego que faz do mundo a sua morada humana por meio da ação intelectual e moral sobre ele. Aristóteles afirma em sua obra *Política* que,

na ordem natural a cidade tem precedência sobre a família e sobre cada um de nós individualmente, pois o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes (...) De fato, cada indivíduo isoladamente não é auto-suficiente, conseqüentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação a seu todo (...). Efetivamente, o homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciososa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas podem sê-lo em sentido inteiramente oposto.²⁶

Aristóteles compreende que na ordem natural o todo precede às partes, pois a vida feliz e justa está ligada primeiro aos interesses da comunidade e não do indivíduo particular e suas habilidades. Nesse sentido a cidade é para ele anterior ao indivíduo, dito de outro modo, a cidade é primeira por ser a expressão mais concreta dos interesses humanos, o fim da *pólis* visava antes de tudo a felicidade dos seus cidadãos. Decorre daí relações humanas significativas que educam múltiplas dimensões na pessoa, ao inseri-la por inteiro na existência social e política.

Nesse sentido, os nexos históricos que constituem a educação atual parece ter ignorado essa compreensão aristotélica de *práxis*, adotando por sua vez, a inexorável força histórica na qual o educador ou “o intelectual deve cooperar, por sua vez, com suas aptidões próprias, para o trabalho criador que se elabora”²⁷, como competência produtiva nessa nova realidade pedagógica que se aproxima da modernidade, tanto quanto, do esvaziamento como ação pedagógica substancialmente ligada à dimensão ética e política da realidade.

Tal desdobramento histórico se consubstancia na natureza mesma da educação e da escola atuais, em sua concepção de homem de sociedade e de saber. Como se sabe, a atividade do pensamento e a “realização do homem como sujeito do processo cultural”²⁸ é suprimida diante da aquisição de potencialidades que torne o indivíduo capaz de interação produtiva na sociedade, como a capacidade de tomar decisões para resolver questões técnicas,

²⁶ ARISTÓTELES. *Pol.*, I, 1, 1253 a.

²⁷ LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*, p. 89.

²⁸ LIMA VAZ, Henrique C. de. *Cultura e Universidade*, Petrópolis: Vozes, 1966, p. 6.

a gestão em macro ou micro estruturas, e em especial, a capacidade de continuar aprendendo diante das rápidas transformações sociais.

Contexto que pode ser debatido em sentido inteiramente oposto com base no pensamento grego, porquanto na *pólis* a formação das habilidades, por exemplo, não é senão consequência de outros princípios basilares da formação humana como a língua, a música, os cuidados físicos e psíquicos. A estreita relação entre cultura e educação buscando a perfeição moral, política, intelectual, artística e física, uniam-se na formação integral do cidadão grego.

Como afirma Lima Vaz, desde os primeiros desdobramentos da educação como “comunicação social do saber” (1966, p. 10), passando pela abrangente forma grega da *paidéia*, a educação selou um compromisso necessário com a cultura e também com a possibilidade de recriá-la, afirmando assim sua natureza política, vinculada ao contexto da *pólis*. Ou seja, ligada à sociedade e suas necessidades concernentes a um bem comum.

Como motivo de reflexão para o tempo presente, a educação grega se liga à possibilidade de formar o homem como animal político [*zôon politikón*] que tem em si o discernimento e a responsabilidade particular e coletiva de viver bem. Ou ainda, formar no homem não a habilidade, mas a *capacidade* de estabelecer suas ações e seus fins ligados à possibilidade de garantir não somente a sobrevivência material, mas de garantir a vida virtuosa, a vida boa. Aristóteles elucidada que

a cidade é formada não somente com vistas a assegurar a vida, mas para assegurar uma vida melhor (...) e seu objetivo não é o mesmo de uma aliança militar para a defesa contra ofensas de quem quer que seja, e ela não existe por causa do comércio e relações de negócios (...) já que o objetivo da cidade é a vida melhor, estas instituições são o meio que leva àquele objetivo final. Uma cidade é uma comunidade de clãs e povoados para uma vida perfeita e independente, e esta em nossa opinião é a maneira feliz e nobilitante de viver. A comunidade política, então, deve existir para a prática de ações nobilitantes, e não somente para a convivência.²⁹

Questão preterida diante do esquecimento teórico promovido pelo discurso ideológico na atualidade. Se Aristóteles não se tornou tão amplamente conhecido como Platão na contestação aos sofistas, por outro lado, seu pensamento parece ser uma expressão vigilante da radicalidade que deve permear a compreensão de todo gênero de saber e toda forma de ação. Ao impulso de seu pensamento vê-se a urgência de pensar a formação de modo a transgredir o discurso genérico, acidental e numérico.

²⁹ ARISTÓTELES. *Pol.*, III, 5, 1280 b - 1281 a.

Para isso é preciso criar as condições para que a formação leve ao ensejo de estabelecer em alguma medida a alteridade, a realização do homem como um sujeito que vive coletivamente e se reconhece como criador de suas próprias *obras de cultura*.³⁰ Portanto, capaz de criar, de inventar novos processos intencionais e históricos que encontrem no *de vir*, outros modos de realizar a política e a educação.

O que não está exatamente pronto, mas é vir a ser, é possibilidade para formar melhor as pessoas, já é bem conhecido nos horizontes e concepções da Grécia Clássica. O cidadão grego, cujo destino estava ligado à vida da cidade, encontrava na busca da excelência, da democracia, e da felicidade, o fim de sua educação e cidadania. Esse legado de acordo com Jaeger em sua obra *Paidéia* não é um conjunto de idéias abstratas, mas é a própria realidade histórica que exprime concretamente uma compreensão de mundo e de educação - que para o homem grego revela “a finalidade sempre presente em que a sua vida assentava: a formação de um elevado tipo de Homem. A idéia de educação representava para ele o sentido de todo o esforço humano.”³¹ Provocação do legado grego que leva a questionar a formação que temos. Desperta a aspiração de encontrar outros referenciais, de buscar outros contextos educativos que conduzam à possibilidades diferentes das esperadas neste início de século XXI.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 4. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. *Política*. 3. ed. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. *Metafísica*, vol. II. Trad. Marcelo Perine. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Tópicos*. 1. ed. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 10-158. (Os pensadores)

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LIMA VAZ, Henrique C. de. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988.

³⁰ CF. LIMA VAZ, Henrique C. de. *Cultura e Universidade*, p. 6-7.

³¹ JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7.

_____. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Cultura e Universidade*. In: Coleção educar para a vida, nº 10, Petrópolis: Vozes, 1966.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8. ed. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2003, p. 12).

REALE, Giovanni, *História da filosofia antiga*, vol. II. Trad. Henrique Cláudio de L. Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

WOLFF, Francis. *Aristóteles e a política*. 2. ed. Trad. Thereza Christina F. Stummer e Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.